

- ALCOFORADO, FERNANDO. **Globalização**. São Paulo, Nobel, 1997 p.1-35.
- BAPTISTA, LUIZ OLAVO. **Mercosul- A Estratégia Legal dos Negócios**. Ed. Maltese, São Paulo, 1994. p. 127
- CORDEIRO, WOLNEY DE MACEDO. **A Regulação das Relações de Trabalho Individuais e Coletivas no Âmbito do Mercosul**, São Paulo, LTR, 2000, p. 119-142.
- IANNI, OTÁVIO. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- MAGANO, OTÁVIO BUENO. **Política do Trabalho. Vol. III**, São Paulo, LTR, 1997. p. 275-286.
- MANUS, PEDRO P. TEIXEIRA. **Direito do Trabalho**. São Paulo, Ed. Atlas, 2001.
- MARX & ENGELS. **Sindicalismo**. São Paulo, Ched Editorial, 1980. p. 25-75.
- RIEKLIN, JEREMY. **O Fim dos Empregos**. São Paulo, Ed. Contexto, 1999.
- SILVA, JOSÉ GRAZIANO DA. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 17-87 e 162-170.
- Centro de Estudos Judiciários. **REVISTA CEJ** Brasília, 1997. Art. 1,3,5,7 e 12.

AÇÃO MONITÓRIA NO PROCESSO DO TRABALHO

João Sexto Neto Vilar de Oliveira (*)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O escopo da ação monitoria é a entrega da prestação jurisdicional através de uma cognição sumária. Nesse diapasão, a parte, de posse de uma prova escrita – o que exclui qualquer outra modalidade de prova – mesmo sem constituir título executivo judicial ou extrajudicial, tem acolhida sua pretensão. Entrementes, com a expedição do mandado de citação, o réu pode embargar ou não a ação.

Quedando-se inerte o réu, o mandado inicial converte-se em mandado executivo.

Por outro lado, apresentando o réu embargos, a ação processar-se-á pelo procedimento ordinário ou sumário.

O procedimento monitorio presta-se às seguintes situações: pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível, ou de determinado bem móvel.

Dessa forma, tem-se a precisa delimitação do rito monitorio. É importante frisar que a outorga da tutela jurisdicional, ausente a apresentação de embargos, dar-se-á quase que instantaneamente. Do contrário, a ação segue rito ordinário ou sumário.

COMPATIBILIDADE AO PROCESSO TRABALHISTA

O art 769 da CLT autoriza expressamente a utilização subsidiária de institutos diversos, do processo comum, objetivando imprimir condições procedimentais ao processo do trabalho. Trata-se, portanto, de caso de aplicação analógica da lei. No Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

entanto, exige-se a configuração de dois requisitos: inexistência de norma processual trabalhista que discipline a matéria e ausência de incompatibilidade entre as normas procedimentais comuns e as do direito laboral.

O primeiro requisito encontra-se plenamente satisfeito, posto que a CLT não dispõe de procedimento monitorio.

A compatibilidade ou não de uma norma pode simplesmente inexistir ou existir parcialmente. Na compatibilidade parcial, o instituto jurídico é aplicado naquilo em que não confrontar com o direito, *in casu*, trabalhista. A inexistência de compatibilidade importa na impossibilidade de aplicação supletiva do instituto jurídico.

Pois bem. Passemos a analisar a questão.

No Direito Processual Civil, as ações, praticamente em sua totalidade, resultam em um único pedido. No Processo do Trabalho, ao contrário, as lides envolvem uma gama de pleitos.

(*) João Sexto Neto Vilar de Oliveira é bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba, pós-graduando em Direito Processual Civil, e Técnico Judiciário do TRT da 13ª Região. E-mail - sextoneto@bol.com.br

Por esse aspecto, a utilização do rito monitorio no processo do trabalho resta inoperante, no mínimo despido de qualquer praticidade. Imaginemos o caso do reclamante, com prova de que trabalhava em sobrejornada, que ingressa com ação monitoria postulando o pagamento das referidas horas extras. Concomitantemente, sem a prova escrita exigida no art. 1.102a, do CPC, teria que ingressar com uma reclamação trabalhista comum com relação a títulos outros porventura devidos. Tanto pelo aspecto praticidade quanto pela celeridade poderia ocorrer de a reclamação trabalhista permanecer sobrestada, até que a ação monitoria fosse inteiramente solucionada. Como poderia o magistrado analisar pedido de reflexos das horas extras na reclamação trabalhista em relação aos pedidos ali constantes se a ação monitoria referia-se a horas extras?

O art. 876 da CLT é taxativo ao estabelecer os casos de execução no processo do trabalho:

Art. 876 - As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida neste Capítulo.

Da exegese do art. 876, denota-se, perfeitamente, o caráter de taxatividade da norma em comento. Note-se, nesse diapasão, que para a execução dos termos de ajuste conduta e conciliação, respectivamente firmados no Ministério Público do Trabalho e nas Comissões de Conciliação Prévia, foi necessária a modificação do artigo em comento. Por que o legislador não aproveitou a oportunidade e incluiu na nova redação a possibilidade de execução das decisões em ação monitoria?

É necessário salientar que o disciplinamento constante do Código de Processo Civil relativo ao procedimento monitório não abre brecha para quaisquer adaptações ao processo do trabalho, visto que utiliza forma exacerbada de simplicidade, basta ver que é disciplinado por três artigos apenas. O rito monitório é tão enxuto que não permite adaptações.

No caso de ação monitória não embargada, decorre a constituição do crédito em favor do reclamante. Não existe propriamente uma revelia, porém os efeitos guardam certa semelhança. Por outro lado, havendo o embargo, a ação segue o rito comum.

É uma questão de lógica: se o reclamante opta por uma reclamação trabalhista comum, caso a parte *ex adversa* não compareça, configurar-se-á a revelia. Da revelia decorre, naturalmente, a procedência da ação. Se o reclamado contesta a ação, processa-se a produção de provas e, em seguida, a prolação da sentença.

Atente-se, ainda, que é impossível a entrega da tutela jurisdicional de imediato se a obrigação não é líquida.

Há, também, questões obliquamente relevantes como a impossibilidade de realização das tentativas conciliatórias, bem assim ajuizamento de ações em que figure como parte ente público.

As propostas de acordo, principalmente a primeira, restariam prejudicadas pela simples razão de que o reclamado seria citado para pagar ou entregar determinado bem móvel ou coisa fungível. Perfectibilizada a relação jurídica processual, ou seja, citado validamente o reclamado, antes de adentrar em qualquer questão ventilada nas peças inicial e contestatória, o juiz, obrigatoriamente, terá que propor às partes a solução conciliatória.

No que impende a ações envolvendo a administração pública, a incompatibilidade seria gritante, posto a vinculação de tais ações ao recurso *ex-officio*.

Uma questão de extrema relevância relaciona-se à possibilidade de fraudes na utilização da ação monitória. Ora, a partir do momento que o reclamante sequer comparece a Juízo, este potencialmente está sujeito às mais diversas formas de intimidação por parte do reclamado, sem esquecer os clássicos casos em que a própria empresa, em nome do reclamante, confecciona e distribui a petição inicial. Da aplicabilidade do princípio da proteção, decorre restar no mínimo temerária a utilização do rito monitório no processo laboral.

O princípio da proteção expressa-se sobre três modalidades, nas seguintes regras: *in dubio, pro operario*; da norma mais favorável; da condição mais benéfica.

Especificamente no que pertine à regra da norma mais favorável, cabe esclarecer que sua utilização não se adstringe unicamente ao direito material. Ao contrário, a aplicação da norma ao caso concreto, materializado em um conjunto de atos processuais denominado processo, também vai buscar subsídios neste princípio.

No processo do trabalho, segundo a lição de Américo Plá Rodríguez, “a tutela sempre terá sua razão de ser no desnível econômico, que se manifesta no contrato de maneira substancial”.

A potencial celeridade que imprime o rito monitorio, através da cognição perfunctória, pode acarretar lesões irreparáveis ao trabalhador.

ACÇÃO MONITÓRIA E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

A antecipação de tutela resulta na entrega antecipada da prestação jurisdicional, da solução definitiva de mérito. Para tanto, é necessária a ocorrência de alguns requisitos, quais sejam: prova inequívoca e verossimilhança do fato descrito na inicial, quando houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou caracterizado o abuso de direito de defesa; ou o manifesto propósito protelatório do réu.

O processo é o sistema de composição da lide em Juízo. O procedimento, por sua vez, é o *modus faciendi* com que o processo se realiza. Inadmitte-se a coexistência simultânea de mais de um procedimento numa única acção. Dessa forma, não podemos ter um processo seguindo, concomitantemente, ritos monitorio e sumário ou monitorio e ordinário.

No caso específico do processo trabalhista, caberia ao autor ajuizar acção de rito monitorio para determinado pedido e acção de rito ordinário ou sumaríssimo para pleito diverso, segundo a existência ou não de prova escrita. Pelas razões já citadas no presente artigo, resta impraticável o ajuizamento de duas acções para pedidos que guardam relação entre si.

A antecipação dos efeitos da tutela de mérito não tem natureza jurídica de procedimento. Logo, ao utilizar o rito ordinário ou sumaríssimo o reclamante pode, atendidos os requisitos do art. 273, do CPC, pleitear apenas parcialmente a tutela antecipada, nada impedindo que os demais pedidos percorram a fase probatória e decisória próprias de seu procedimento.

Na antecipação de tutela, o juiz tem condições de aferir com extrema precisão a verossimilhança das alegações e conteúdo da prova apresentada que, inclusive, não se adstringe unicamente à forma escrita. Por outro lado, a lei assegura a revogação da medida, o que implica, embora *a posteriori*, na observância do contraditório, em sua plenitude, o que é impossível na acção monitoria. Ademais, havendo perigo de irreversibilidade do provimento antecipado, é defeso ao juiz conceder a antecipação. No rito monitorio esta proibição simplesmente inexistente.

Não resta a menor dúvida que a antecipação dos efeitos da tutela de mérito tem enormes vantagens sobre o procedimento monitorio.

CONCLUSÃO

Pelas razões expendidas, são flagrantes as objeções à utilização do procedimento monitorio no processo do trabalho. Resta, pela aplicação dos princípios da utilidade, praticidade, celeridade e proteção, incompatível no âmbito das relações laborais a operacionalização da acção monitoria.

O Direito Processual do Trabalho tem como traço característico a utilização ancilar de normas do processo comum, naquilo em que for omissa, como preleciona o art. 769, da CLT. Daí decorre, em minha opinião, o seu carácter de vanguarda.

O processo trabalhista guarda estreitas relações com outros ramos do direito processual, é uma espécie de “direito globalizado”. Atualmente, o desenvolvimento humano está intimamente ligado ao conceito de interatividade, de plugabilidade. Nestes aspectos, reside a vanguarda da norma processual trabalhista.

Talvez, se dispuséssemos de um código de processo do trabalho contendo as mais diversas variações procedimentais possíveis, sem a interatividade disposta no art. 769, do Álbum Consolidado, estaríamos isolados em nosso meio, que é apenas uma parte, um fragmento do direito. A parte somente encerra seu fim se se comunicar com o todo, e o todo – o Direito – se realiza na persecução da Justiça. Mas a concretização dessa Justiça está na parte, está, no direito processual laboral.

BIBLIOGRAFIA

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho.

Editora Atlas. São Paulo-SP. 13ª edição, 2.000.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao Direito do Trabalho. Editora LTr, São Paulo-SP. 26ª edição, 2.000.

PARIZATTO, João Roberto. Da ação Monitória. Editora de Direito. São Paulo-SP. 2ª edição, 1.997.

RODRIGUEZ, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. Editora LTr, São Paulo-SP. 3ª edição, 2.000.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Volume I. Editora Forense. 22ª edição. Rio de Janeiro-RJ. 1.997.

SILVA, Paulo Henrique Tavares da. A Adequação da Ação Monitória ao Rito Procedimental Trabalhista. Revista do TRT da 13ª Região. João Pessoa-PB. 1.998.